

Bases da satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil (2002-2010)

Fabiola Brigante Del Porto
Centro de Estudos de Opinião Pública
Universidade Estadual de Campinas
Brasil

Trabalho preparado para apresentação no VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política,
organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP).

Área Temática: Opinião pública e comportamento eleitoral

Pontificia Universidad Católica del Perú
Lima, 22 a 24 de julho de 2015.

Resumo

Com base na análise de dados provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002, 2006 e 2010, *survey* nacional pós-eleitoral associado ao Comparative Study of Electoral Systems, o artigo analisa a relação dos cidadãos com a democracia em seu funcionamento prático, no intuito de explorar os referenciais avaliativos e as orientações normativas sobre a democracia representativa que influem na satisfação com o funcionamento do regime através do tempo. As premissas teóricas do estudo apontam que tanto a cultura política como a experiência com as instituições políticas e o grau de qualidade da democracia influem na relação que os indivíduos estabelecem com o regime democrático e nas avaliações e percepções que fazem do mesmo.

Os resultados da análise, embora ainda em fase exploratória, sugerem que a avaliação governamental e as percepções de *accountability* vertical importam mais do que a avaliação de instituições e políticas para a avaliação do regime democrático. A inclusão de variáveis de percepção econômica e ganhos democráticos para 2010 tira o impacto da percepção de influência do voto sobre a avaliação do regime, sugerindo, nos dados explorados, a primazia da percepção da gestão da economia sobre a avaliação dos mecanismos da democracia representativa para a satisfação com a democracia em ação. Ainda, enquanto as variáveis renda e escolaridade não exercem impacto sobre a satisfação com o funcionamento do regime, chama atenção no conjunto de resultados a manutenção do impacto da idade sobre o indicador de satisfação, mostrando os mais jovens como mais insatisfeitos com a democracia em termos práticos.

Introdução

Este artigo analisa as orientações dos cidadãos brasileiros que embasam o construto de satisfação com o regime democrático no cenário recente. As variáveis utilizadas derivam de medidas de nível individual obtidas de pesquisas de opinião por amostragem que fazem parte do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002, 2006 e 2010¹. O objetivo é compreender como os cidadãos brasileiros relacionam-se com a democracia em seu funcionamento prático e de que modo os referenciais avaliativos e orientações sobre a democracia representativa influem na satisfação com o funcionamento do regime democrático brasileiro no cenário recente. Tendo em vista a consolidação do regime democrático brasileiro e a existência de uma série longitudinal de pesquisas que permitem a comparação temporal de percepções sobre esse regime na atualidade, busca-se compreender as percepções dos cidadãos brasileiros sobre a qualidade da democracia. Por outro lado, parte-se do suposto de que o grau de qualidade da democracia em termos de procedimentos, conteúdos e resultados também influencia aquelas atitudes e percepções (Diamond e Morlino, 2005; Rennó et al.; 2011; Moisés, 2013).

Estudos de Moisés (1995, 2010a, 2010b, 2013), Moisés e Carneiro (2008) e Meneguello (2010, 2013), entre outros, apontam para o fenômeno da insatisfação popular com o desempenho democrático junto com a desconfiança institucional no cenário brasileiro, que assume dimensões dramáticas, e que, desde os anos 1990, convive com uma razoável base de apoio à democracia em termos normativos. Essa convivência de tendências opostas com relação à preferência democrática, por um lado, e crítica às principais instituições representativas, políticos e governos, por outro, desafia análises que veem o apoio político como holístico ou ainda a relação entre legitimidade e efetividade apenas em termos instrumentais (Moisés, 1995; Gunther e Monteiro, 2003). Esse cenário, ademais, adiciona evidência empírica à distinção primeiramente efetuada por Easton (1965) entre apoio difuso (apoio incondicional e de longo prazo aos princípios do regime democrático) e apoio específico (apoio baseado em resultados e avaliação do desempenho dos políticos do dia), mostrando que, no caso brasileiro, os cidadãos estabelecem relações distintas com o regime democrático no que se refere a suas orientações normativas e práticas (Moisés, 2013). Nessa abordagem, enquanto valores culturais impactariam sobretudo a adesão ao regime democrático como um ideal a ser alcançado, a experiência dos indivíduos com as instituições políticas e a avaliação que fazem de seu funcionamento interfeririam na satisfação com a “democracia realmente existente”(cf. expressão de Moisés, 1995) e na confiança institucional. Todavia, não se trata de opor essas orientações e seus determinantes e sim entender o apoio político como fenômeno multidimensional e que tanto aspectos culturais como institucionais influem na experiência dos cidadãos com a democracia.

Refinando a abordagem de Easton sobre o apoio político, Norris (1999, 2011) mostra teórica e empiricamente que os cidadãos são capazes de distinguir entre o apoio à comunidade política, aos princípios do regime, ao seu desempenho, a suas instituições e a políticos e governos do dia. Trata-se de um contínuo que vai do apoio mais difuso ao mais específico, para retomar os termos de Easton, que embora possam estar relacionados, não necessariamente seguem a mesma direção.

Em um primeiro momento, a autora e colaboradores, operando sobre essa distinção e conceito multidimensional de apoio político, baseou-se em dados de pesquisa em países de democracia consolidada e apontou para a existência de “cidadãos críticos”, indivíduos que aderem aos princípios da democracia, mas que mostram insatisfação e desconfiança em relação a seu funcionamento, instituições, governos e resultados (Norris, 1999). Em obra posterior, dessa vez baseada em dados de

¹ O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems da Universidade de Michigan (www.cses.org) e no Brasil realizado pelo CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública) sob a coordenação da Profa. Dra. Rachel Meneguello, da Universidade de Campinas desde seu início (2002). O ESEB é um *survey* nacional pós-eleitoral, realizado logo após as eleições presidenciais, que pergunta sobre temas associados ao funcionamento do sistema representativo e ao comportamento político e social geral.

pesquisas realizadas também em democracias recentes, a autora reitera o cenário anterior, apontando que as democracias atuais convivem com um “déficit democrático”, ou seja, com a percepção por parte dos cidadãos de que há uma discrepância entre suas aspirações democráticas crescentes e os resultados produzidos pelos governos democráticos (Norris, 2011). Nas democracias recentes, esse déficit muitas vezes diz respeito à convivência de estruturas características de democracias eleitorais com “...governos que violam os princípios de igualdade perante a lei, usam a corrupção e a malversação de fundos públicos para realizar seus objetivos e impedem ou dificultam o funcionamento dos mecanismos de *accountability* vertical, social e horizontal” (Moisés, 2013, p.81). No caso latino-americano esse cenário é aprofundado pela sobrevivência de traços do autoritarismo e pela fragilidade da tradição democrática na região.

É nesse contexto que se insere a discussão apresentada neste artigo, que explora as bases individuais do apoio à democracia em termos práticos a partir da pergunta: “*De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?*”, presente em todas as ondas do ESEB. Para tanto, o artigo organiza-se da seguinte forma: primeiramente, apresenta brevemente o cenário brasileiro e os aspectos teóricos subjacentes à análise; em seguida apresenta os principais resultados do ESEB (2002, 2006 e 2010) de interesse a essa análise e analisa os fatores potencialmente explicativos da satisfação com o funcionamento da democracia nesse cenário.

Cenário brasileiro e perspectivas teóricas

A democracia brasileira está consolidada em termos institucionais: os ciclos eleitorais sucedem-se com regularidade e liberdade e o comparecimento eleitoral² nas eleições majoritárias tem se apresentado em taxas significativas, indicando que essa prática democrática ocupa lugar importante na cultura política dos brasileiros; o desenvolvimento da democracia brasileira recente permitiu que o país experimentasse em 2002 o mais importante processo de alternância no governo desde o surgimento da República, levando ao governo federal um partido de esquerda e uma coalizão em substituição à aliança de forças e partidos que ocupavam a direção do Estado pelo menos desde o início da atual fase do experimento democrático (Moisés, 2005; 2010b; 2013; Marengo, 2007; Rennó et al., 2011). Da parte dos cidadãos, o voto na coalizão de esquerda em 2002, pela primeira vez desde 1989, significou o uso das eleições como meio de trocar de governo e de sinalizar o desejo de mudança nos rumos do país e a formação de novas expectativas quanto ao papel do governo e das instituições democráticas. Há que se considerar que a estabilização da economia a partir do Plano Real tornou possível o surgimento dessas novas demandas e expectativas da cidadania assim como criou o cenário favorável para que, desde então, os sucessivos governos federais de esquerda melhorassem a qualidade de vida da população, reduzindo a pobreza, a fome e a desigualdade social. Essa trajetória de boa governança convive, porém, com as recorrentes e sistêmicas crises e denúncias de corrupção entre políticos, algo que independe de partidos e de seus posicionamentos ideológicos (Rennó, 2007).

Em consequência desse cenário de ambiguidades institucionais, dados de pesquisas individuais desde o final dos anos 1980 mostram que os brasileiros percebem a discrepância entre a visão do regime democrático como um ideal e a sua realização prática. Vale dizer, os cidadãos percebem que os desempenhos dos governos e das instituições não têm sido capazes de assegurar aos cidadãos que suas expectativas quanto ao regime democrático são realizáveis (Moisés, 1995; 2013). Embora esse cenário não coloque em risco o funcionamento e a manutenção da democracia no país, afeta sua qualidade e a percepção dos cidadãos sobre seu funcionamento. Por exemplo, Moisés e

² Por exemplo, conforme informações do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro (www.tse.jus.br), em média, 80% dos cidadãos brasileiros aptos a votar foram às urnas nos dois turnos das eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010.

Carneiro (2008) mostram que cidadãos mais desconfiados e insatisfeitos concordam que a democracia pode prescindir de duas de suas principais instituições de representação, os partidos políticos e o congresso nacional. A insatisfação política também pode deter o envolvimento político dos cidadãos e comprometer comportamentos de conformidade política necessários ao contrato social subjacente à democracia, como a submissão voluntária à lei (Dalton, 2004; Norris, 2011).

O cenário de dúvida e insatisfação tanto com o funcionamento prático da democracia como com a atuação de políticos e governantes não é, no entanto, específico do Brasil, tampouco da América Latina, mas atravessa inclusive democracias longamente estabelecidas. Nessas últimas, os sinais de dúvidas crescentes sobre o processo político democrático ocorrem ao mesmo tempo em que os cidadãos gozam de aumento na qualidade de vida e paz após o fim da Guerra Fria (Dalton, 2004). O cenário sugere que forças sistemáticas comuns estão mudando a relação dos cidadãos com o Estado: no caso dos países de democracia consolidada e economias industriais avançadas, tendo sido satisfeitas as necessidades materiais dos indivíduos e diante do processo de mobilização cognitiva e da disseminação de níveis superiores de instrução a partir da transformação da estrutura produtiva de suas economias com a expansão do setor de serviços, os públicos mobilizados cognitivamente por esses processos tornam-se cada vez mais exigentes para com o Estado que, por sua vez, não consegue atender a essas demandas crescentes por parte dos cidadãos (Fuchs, Guidorossi & Svenson, 1995; Dalton, 1999; 2004; Inglehart & Welzel, 2009; Norris, 1999, 2011).

Desde Easton (1965), os analistas políticos têm apontado que a legitimidade democrática, concebida amplamente como o apoio dos cidadãos ao governo, divide-se nos componentes difuso (apoio incondicional e de longo prazo aos princípios do regime democrático) e específico (apoio baseado em resultados e avaliação do desempenho dos políticos do dia), vale dizer, os cidadãos são capazes de diferenciar os diferentes objetos políticos (comunidade política; regime e autoridades) aos quais dão ou retiram apoio. Refinando essa definição, Norris e colaboradores (1999) distinguiram teórica e empiricamente o apoio político em cinco dimensões³ - comunidade política, princípios do regime, satisfação com o funcionamento do regime, apoio às instituições políticas e, por último, apoio aos atores e líderes políticos - dimensões que, nessa ordem, significam um contínuo que vai do apoio político mais difuso ao apoio mais específico, sendo que cada uma dessas dimensões tem seus determinantes e consequências políticas. Dalton (1999; 2004), complementando essa discussão, chama a atenção que é necessário distinguir também entre dois tipos de crenças políticas que embasam as formas de apoio aos objetos políticos: seus aspectos afetivos (aceitação ou identificação com uma entidade) e de avaliações instrumentais (julgamento sobre o desempenho ou apropriação do objeto) – significando que tanto os fatores da socialização política individual, como defendem as teorias culturalistas, como aqueles do âmbito da racionalidade, como advogam as teorias institucionalistas, impactam na formação do apoio político em seus diferentes níveis⁴.

Com base nessa capacidade cidadã de diferenciar os objetos políticos, Norris e colaboradores defenderam, nos países de democracia longamente estabelecida, a existência de “cidadãos críticos” (Norris, 1999) ou “democratas insatisfeitos” (Klingemann, 1999), fenômeno que revela mudanças importantes nas orientações políticas dos públicos democráticos, a partir das quais os indivíduos continuam apoiando os princípios democráticos e crendo na democracia como um mal menor em

³ Booth e Seligson (2009), analisando a legitimidade democrática na América Latina, acrescentam mais uma dimensão entre os objetos de apoio político: além das cinco propostas por Norris (1999), incluem também o apoio ao governo local. Já Dalton (2004) encontra apenas quatro dimensões/objetos de apoio político (comunidade política, princípios do regime, apoio às instituições políticas e apoio aos atores e líderes políticos), não considerando a satisfação com o funcionamento da democracia como uma dimensão a parte (para ele, os cidadãos apenas apoiam os princípios do regime, por um lado, e avaliam suas instituições práticas, por outro).

⁴ Para uma discussão das teorias culturalistas e institucionalistas, ver Mishler e Rose (2001). De acordo com esses autores e também com Moisés (2013), há pontos de contato entre essas teorias que, ao invés de serem contrapostas, devem ser integradas para um mais completo entendimento dos fatores que formam o apoio político. Essa orientação é levada em conta neste artigo para tratar das bases da satisfação com a democracia no Brasil que, segundo Gunther e Monteiro (2003), pertence a “cluster” distinto ao da confiança política.

comparação a outras formas de governo, mas mostram-se desconfiados e críticos da atuação de políticos e governantes e insatisfeitos com o funcionamento democrático e de suas instituições. Diante disso, no entanto, esses cidadãos não defendem alternativas antissistêmicas e sim reformas na estrutura democrática tanto em seu componente representativo como no que diz respeito à adoção e ao aprofundamento de formas mais diretas e participativas de democracia (Norris, 1999; Klingemann, 1999; Dalton, 1999; 2004). Estudos para o cenário latino-americano (e para o Brasil em específico, como comentado no início da seção) têm mostrado que seus públicos também são capazes dessa distinção entre as dimensões do apoio normativo e do apoio prático à democracia e é graças a essa capacidade que a democracia tem se mantido razoavelmente estável na região, apesar da convivência da frágil tradição democrática com as recentes crises econômicas (Booth e Seligson, 2009; Seligson e Smith, 2010; Moisés, 2010a; Meneguello, 2010).

Apesar da manutenção das estruturas políticas da democracia e da concordância com a democracia como o menos pior dos regimes, os cidadãos mostram-se insatisfeitos com seus procedimentos, conteúdos e resultados. Esses elementos de crítica embasam a qualidade de uma democracia de acordo com uma estrutura de oito dimensões: cinco dimensões procedimentais (primado da lei, participação, competição e *accountability* vertical e horizontal); duas dimensões substantivas (respeito às liberdades civis e políticas e progressiva implantação de maior igualdade política) e uma dimensão de resultados, a responsividade⁵. Dessa forma, no caso de novas democracias como a brasileira, a insatisfação com o novo regime democrático, uma vez consolidado, não se refere a uma nostalgia quanto ao passado autoritário (embora essa possa complicar um cenário de debilidades institucionais da própria democracia) e sim uma insatisfação com as dimensões que estruturam o novo regime e sua qualidade⁶.

Norris (2011) denomina esse fenômeno de “déficit democrático”, ou seja, a discrepância entre as aspirações democráticas e crescentes da população (ou seja, a crescente demanda por democracia) e a insatisfação com o desempenho dos regimes democráticos reais (ou seja, a oferta de democracia). Segundo a autora, o “déficit democrático” resulta não apenas de fatores culturais, como os processos de modernização social e mobilização cognitiva que aumentam as demandas cidadãs por mais e diferentes direitos e mais democracia mas também, por outro lado, da racionalidade dos indivíduos, através da qual eles são capazes de julgar o desempenho do regime quanto ao processo (por exemplo, a avaliação retrospectiva da qualidade dos procedimentos democráticos subjacentes - justeza das eleições, responsividade, *accountability*, honestidade e probidade dos representantes eleitos e servidores públicos) e quanto à política substantiva geral dos sucessivos governos (serviços públicos efetivos). Para Norris (2011), tal como a explicação de Hardin (1999) para a confiança política, segundo a qual essa atitude tem uma base cognitiva e, portanto, está embasada no conhecimento por parte dos cidadãos das motivações e competências dos agentes públicos a partir do qual aqueles (os cidadãos) dão ou tiram confiança nestes (agentes públicos), a satisfação com o funcionamento da democracia também parece refletir a avaliação informada sobre o registro cumulativo de julgamentos de governos sucessivos ou por processos de tomada de decisão ou pela realização de certos produtos ou resultados desejados pelos cidadãos.

⁵ De acordo com o conceito de qualidade da democracia de Diamond e Morlino, trata-se de um sistema de qualidades, no qual essas dimensões estão inter-relacionadas e a melhora em uma dimensão pode ter consequências sobre outras, mas nunca será possível maximizar todas as dimensões ao mesmo tempo, levando a que cada nação escolha que tipo de democracia “quer ser” (Diamond e Morlino, 2005).

⁶ Mishler e Rose (1999; 2002), analisando a trajetória do apoio político aos regimes pós-comunistas do Leste Europeu aponta que, no primeiro momento, a aprovação das novas democracias esteve fortemente relacionada à memória e rejeição do passado autoritário, mas que com o passar do tempo sob o novo regime, o legado do passado autoritário perdeu efeito e os novos regimes (democráticos) passaram a ser julgados com base em suas próprias instituições e resultados. No caso brasileiro, Meneguello (2013) também mostra o peso da referência do “governo do momento” na avaliação do funcionamento do regime democrático.

A satisfação com o desempenho dos governos democráticos está relacionada, então, à percepção de quão responsivo o governo é às expectativas, interesses, necessidades e demandas cidadãos (Meneguello, 2010). De acordo com Gunther e Monteiro (2003), a insatisfação com o desempenho da democracia, de suas instituições e governos diz respeito a uma discrepância entre atitudes geralmente positivas com relação ao sistema democrático em abstrato, de um lado, e avaliações negativas do modo como o mesmo funciona, de outro⁷. Trata-se, portanto, de uma medida avaliativa da democracia⁸, que lida com normas e procedimentos e expressa a frustração quando se compara o que se tem e o que se deveria ter (Gunther e Monteiro, 2003; Blais e Gélinau, 2007; Moisés e Carneiro, 2008).

No entanto, não apenas o desempenho do governo e os valores culturais são importantes correlatos da avaliação do sistema democrático e de seus resultados, mas o próprio formato das instituições políticas, enquanto mecanismos intermediários que ligam as preferências públicas ao desempenho do Estado, afeta a satisfação dos indivíduos com o funcionamento da democracia⁹. Isso implica, por exemplo, que os apoiadores do partido no poder (ou, numa disputa eleitoral, os eleitores do partido vencedor) verão o funcionamento da democracia em seu país de modo mais positivo do que aqueles cujo partido esteja fora do poder (Fuchs, Guidorossi e Svensson, 1995; Norris, 1999, 2011; Gunther e Monteiro, 2003; Diamond e Morlino, 2005; Blais e Gélinau, 2007).

Todavia, enquanto as eleições democráticas necessariamente produzem perdedores e ganhadores, a democracia baseia-se na premissa de que os perdedores consentem sua perda e aceitem que a democracia trabalha bem apesar do resultado eleitoral (Blais e Gélinau, 2007). De todo modo, embora os governos democráticos devam ser continuamente responsivos às preferências e demandas de seus cidadãos, nas democracias atuais, com tantos e distintos interesses em disputa, a responsividade governamental é fenômeno complexo e os perdedores ficarão temporariamente insatisfeitos, mas consentirão sua perda, na medida em que acreditam que as regras do jogo garantem a rotatividade do poder e permitem que o partido que endossam seja eleito em outra ocasião. Por isso, a satisfação com o funcionamento do regime também deve correlacionar-se com medidas de apoio específico, como a aprovação do Executivo e a preferência partidária, e com as percepções da capacidade de influência do voto e de representação do sistema (Blais e Gélinau, 2007; Aarts e Thomassen, 2008).

É a luz dessa discussão que, na próxima seção, discute-se o cenário brasileiro a partir dos dados do ESEB, de modo a entender como essas dimensões analíticas podem ser verificadas empiricamente. Pautada em achados que mostram a satisfação com o regime democrático brasileiro como um construto multidimensional baseado em percepções importantes, porém desarticuladas, do funcionamento do regime em geral, da avaliação de suas instituições e da execução de políticas públicas que afetam o cotidiano dos cidadãos (Meneguello, 2010; 2013), procura-se explicar se e quais desses aspectos afetam a satisfação com o funcionamento do regime. Na análise aqui realizada são adicionadas variáveis que mensuram as percepções dos cidadãos de aspectos da democracia representativa, como, por exemplo, a percepção da capacidade de influência do voto, de modo a

⁷ Ainda segundo Gunther e Monteiro (2003), a legitimidade democrática, por sua vez, se refere a um tipo ideal que diz respeito às crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições da democracia representativa são a mais adequada estrutura de governo para o país, em que pesem suas falhas e defeitos.

⁸ Neste artigo, a satisfação com o funcionamento da democracia também é utilizada como medida avaliativa do regime. No entanto, o significado desse indicador empírico tem sido objeto de controvérsia. Para uma síntese de seus diversos usos e interpretações, ver, por exemplo, Canache, Mondak e Seligson (2001).

⁹ Anderson e Guillory (1997) e Aarts e Thomassen (2008), por exemplo, mostram que diferentes desenhos institucionais do regime democrático, por exemplo, sistemas eleitorais ou majoritários, têm diferentes efeitos sobre a satisfação dos cidadãos com o funcionamento do regime democrático. Esse assunto não é aprofundado aqui pois foge aos objetivos do presente artigo, que trata apenas da satisfação com o funcionamento do regime no nível individual.

explorar seus efeitos potenciais na explicação da satisfação com o funcionamento prático da democracia (cf. análise de Aarts e Thomassen, 2008)¹⁰.

O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e questões analisadas

O ESEB baseia-se em entrevistas individuais face a face realizadas logo após as eleições presidenciais, e sua primeira onda foi aplicada em 2002. Os dados do ESEB permitem explorar de forma longitudinal a evolução da relação dos cidadãos brasileiros com o sistema representativo e com o funcionamento do sistema democrático brasileiro em geral e deram continuidade a pesquisas acadêmicas sobre cultura política no país realizadas entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990¹¹.

Neste artigo, são analisadas as percepções dos cidadãos brasileiros sobre o funcionamento do regime democrático de modo a explorar os possíveis aspectos da democracia representativa que, na percepção daqueles, embasam o construto de satisfação com o sistema (nas ondas do ESEB de 2002, 2006 e 2010, como será apresentado na Tabela 2, adiante¹²). As informações básicas das 3 ondas do ESEB utilizadas neste artigo estão descritas na Tabela 1¹³:

Tabela 1- Informações do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)

Onda	Data das entrevistas	Universo	Tamanho da amostra	Número de perguntas
2002	31 de outubro a 28 de dezembro de 2002	População brasileira com 16 anos ou mais	2513	192
2006	17 a 27 de dezembro de 2006		1000	103
2010	4 a 20 de novembro de 2010		2000	129

Fonte: Banco de dados do CESOP (<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca.php>).

¹⁰ A análise de Aarts e Thomassen (2008) distingue da realizada neste artigo porquanto os autores comparam os efeitos de diferentes desenhos institucionais sobre a satisfação com o funcionamento do regime. A análise dos autores é multinível posto que, ao efeito das instituições, Aarts e Thomassen acrescentam as percepções dos cidadãos sobre os mecanismos institucionais do regime democrático com base em dados das pesquisas de opinião do projeto *Comparative Studies of Electoral Systems* (em seu estudo os autores incluem o Brasil através da análise do ESEB 2002). Os autores analisam as percepções dos cidadãos sobre a *accountability* vertical e sobre a capacidade de representação do sistema político através das perguntas: “Some people say that no matter who people vote for, it won’t make a difference to what happens. Others say that who people vote for can make a difference to what happens. Using the scale on this card, (where ONE means that voting won’t make a difference to what happens and FIVE means that voting can make a difference) where would you place yourself?” / “Thinking about how elections in {country} work in practice, how well do elections ensure that the views of voters are represented by MPs: very well, quite well, not very well, or not well at all?”. Como será visto na próxima seção, apenas a primeira dessas perguntas pôde ser utilizada na análise aqui realizada, pois a variável de percepção da representatividade do regime não foi incluída nas ondas seguintes do projeto CSES ao qual o ESEB está associado.

¹¹ Trata-se da coleção de pesquisas “Cultura Política” produzidas pelo CEDEC-Instituto Datafolha e, 1989, 1990 e 1993, sob a coordenação do Prof. Dr. José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo. As pesquisas podem ser obtidas no Banco de Dados do CESOP (<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca.php>).

¹² As bases de dados do ESEB aqui utilizadas também são de domínio público e podem ser acessadas através do Banco de Dados do CESOP (ver nota 10). A mais recente onda do ESEB, **não** utilizada neste artigo, foi realizada após a última eleição presidencial brasileira, em dezembro de 2014. Suas informações também serão disponibilizadas ao público em breve.

¹³ Com relação à amostragem, as três pesquisas são amostras nacionais representativas dos eleitores com 16 anos ou mais, do tipo probabilística estratificada em estágios (municípios, setores censitários e domicílios), e com um último estágio de estratificação segundo cotas dentro dos setores, definidas de acordo com o perfil de idade, escolaridade e população economicamente ativa cruzadas por sexo.

Os resultados do ESEB para o período entre 2002 e 2010 (Tabela 2)¹⁴ reiteram o cenário anteriormente mencionado com relação às atitudes de apoio ao regime democrático, qual seja: a concordância bastante elevada (em torno de 80%) com a ideia de que a democracia é o menos pior dos regimes convive com um nível bem aquém de satisfação com seu funcionamento prático, mesmo que no período tenha sido observada uma oscilação positiva nesta última medida (entre 30 e 50%). Como comentam Gunther e Monteiro (2003) para as diferentes tendências das curvas de adesão e satisfação com o funcionamento da democracia no cenário espanhol, também para o cenário brasileiro, as discrepâncias entre ambas, com a estabilidade da primeira e a trajetória ascendente da segunda, são evidências *prima facie* de que elas pertencem a domínios atitudinais distintos.

Acompanhando o cenário de elevado apoio ao regime democrático em termos normativos, as percepções dos mecanismos da democracia representativa-eleitoral, como o papel do voto, das eleições presidenciais e dos governos também são bastante positivos e estáveis (pelo menos 70% dos entrevistados acreditam nesses mecanismos). Na leitura desses dados, há que se considerar os efeitos dos momentos de realização das pesquisas: conjunturas eleitorais têm efeitos politizadores que podem influenciar positivamente a percepção dos mecanismos democráticos (Moisés, 1995, Blais e Gélinau, 2007, Rose, 2007). De todo modo, os dados também revelam, por outro lado, a baixa identificação partidária dos cidadãos brasileiros - não mais do que 40%, declaram que algum partido representa seu modo de pensar em todo o período e apenas a metade dos entrevistados votariam se o voto não fosse obrigatório¹⁵.

O cenário também é menos positivo quando se olha para as avaliações das instituições representativas: para todas as instituições¹⁶ e para o conjunto do período, as somas das avaliações positivas são bem mais modestas do que os resultados sobre a crença e adesão aos mecanismos democráticos e apresentam inclusive uma trajetória descendente no período (por exemplo, no início do período, em 2002, as avaliações positivas dos partidos políticos e do congresso giravam em torno de apenas 40% dos entrevistados e ao final do período, em 2010, não mais do que ¼ dos entrevistados avaliavam essas mesmas instituições de modo positivo).

No que tange à percepção de alguns resultados do regime democrático, neste artigo representados pelos graus de satisfação com os serviços públicos de saúde e educação, o cenário também sugere uma insatisfação acentuada dos cidadãos: a quantidade de notas 7 a 10 para os dois serviços são pouco expressivas e decrescentes no período.

¹⁴ Na Tabela 2 estão apresentados apenas os resultados do ESEB referentes a variáveis de interesse direto para este artigo e que estavam presentes nas três ondas da pesquisa (2002, 2006 e 2010). Os questionários do ESEB incluem ainda uma série de perguntas sobre escolha eleitoral, avaliação e envolvimento na campanha, avaliação de candidatos e partidos, incluindo a dimensão ideológica, identificação partidária, adesão e rejeição de candidatos, além de questões específicas para cada onda. Como será visto a frente, uma bateria de perguntas com medidas sociotrópicas de avaliação econômica retrospectiva e prospectiva está presente apenas na onda de 2010.

¹⁵ Na leitura dos dados de identificação partidária e adesão voluntária ao voto (duas últimas linhas da Tabela 2), é notável um ponto de inflexão na curva no ano de 2006, provavelmente um efeito do período, decorrente das denúncias de corrupção iniciadas em meados de 2005 com o escândalo que ficou conhecido como “Mensalão” e que podem ter afetado o envolvimento político-institucional, refletido na queda da identificação partidária e da adesão voluntária ao voto. Esta discussão foge, no entanto, dos objetivos deste artigo.

¹⁶ O ESEB também pede aos entrevistados que avaliem as Forças Armadas mas, tal como a opção de Moisés e Carneiro (2010), ela não foi incluída na análise “porque o público não tem contato cotidiano com os serviços prestados por essa instituição”(Moisés e Carneiro, 2010, p.165).

Tabela 2 – Variáveis de avaliação do desempenho do regime e de percepção normativa da democracia (%)

Variáveis		2002	2006	2010
Satisfação com o funcionamento da democracia no país	(muito satisfeito + satisfeito)	30,7	44,7	50,2
Avaliação do governo/presidente	(bom + muito bom)	41,0	76,2	93,9
Avaliação Congresso	(ótima + boa)	40,4	27,0	25,3
Avaliação Partidos		37,3	26,5	20,9
Avaliação Justiça		42,4	41,3	29,5
Avaliação Polícia		52,5	51,7	33,4
Satisfação qualidade ensino público	(soma dos graus 7 a 10, onde 10 = muito satisfeito)	50,3	49,1	25,9
Satisfação qualidade / acesso saúde		35,6	37,1	12,5
Voto influencia o que acontece no Brasil	(soma dos graus 1 e 2, onde 1 = influencia muito)	78,8	77,6	83,9
Faz diferença quem governa o país	(soma dos graus 1 e 2, onde 2 = grande diferença)	71,9	78,9	82,1
Eleições presidenciais ajudam a melhorar a vida da população	(muito + um pouco)	85,0	83,3	91,4
A democracia tem alguns problemas é melhor do que qualquer outra forma de governo	(concorda muito + um pouco)	84,1	79,0	82,9
Algum partido representa a maneira como o eleitor pensa	(sim)	40,7	29,4	40,4
Votaria se o voto não fosse obrigatório	(sim)	51,1	42,0	50,1

Fonte: Estudo Eleitoral Brasileiro (2002; 2006; 2010).

Obs: somente respostas válidas.

Esse conjunto de achados mostra tendências distintas para as variáveis que captam a democracia em termos normativos, de um lado, e aquelas que medem o apoio democrático em termos práticos. Ademais, as medidas de associação entre as percepções de legitimidade e de efetividade do regime democrático para os três anos estudados permitem confirmar para o cenário brasileiro a distinção entre a satisfação com o funcionamento da democracia, de um lado, e a adesão a esse regime em termos normativos¹⁷, como já afirmado por outros estudos (p. e., Meneguello, 2010; Moisés, 2010b). Dessa forma, procura-se neste artigo explorar apenas as dimensões que embasam o construto da satisfação com o regime democrático no cenário brasileiro recente.

¹⁷ A associação entre as variáveis “nível de satisfação com o funcionamento da democracia no país” e concordância com a frase “A democracia tem problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”, medida pelo “kendall’s tau-b”, foi: para 2002=,219; para 2006=,277 e para 2010=,174 (em todos os anos com nível de significância de ,01) o que, tendo em vista a sobreposição de conteúdo dos dois itens é “surpreendentemente modesto” (cf. Gunther e Monteiro, 2003, p.34).

Fatores potencialmente explicativos da satisfação com a democracia no ESEB

O artigo procura explicar a natureza da satisfação com a democracia no Brasil entre 2002 e 2010, explorando os critérios avaliativos, culturais e socioeconômicos que a embasam. De acordo com Diamond e Morlino (2005), perguntar pela satisfação com o modo como a democracia trabalha é um modo indireto de medir indiretamente a percepção de seus cidadãos sobre a responsividade do sistema. Essa questão é central na busca de entender a percepção que os cidadãos têm da qualidade da democracia na medida em que a responsividade é a dimensão do regime que relaciona as dimensões procedimentais a suas dimensões substantivas ao “...mensurar a extensão na qual as políticas públicas (incluindo leis, instituições e despesas) correspondem às demandas e preferências cidadãs agregadas através do processo político” (Diamond e Morlino, 2005, p.xii).

A análise comparativa das ondas do ESEB de 2002, 2006 e 2010 permite explorar as associações de dimensões avaliativas do regime (avaliação de instituições representativas, governos do dia e serviços públicos), o contexto eleitoral (votar no candidato vencedor), percepções de *accountability* vertical (voto como mecanismo de influência no sistema político) e sentimento de representação pelo sistema (ter identificação partidária)¹⁸ além de variáveis socioeconômicas (renda e escolaridade) e demográficas (sexo e idade) com a satisfação com a democracia (variável dependente)¹⁹.

Primeiramente, foram verificadas as associações estatísticas significantes²⁰ entre cada uma das variáveis e a satisfação com o funcionamento da democracia no país. Nesse nível bivariado (Tabela 3), a satisfação com a democracia mostrou associação significativa com todas as variáveis políticas e de experiência institucional, a saber:

- ✓ avaliação das instituições representativas e dos governos do dia (avaliação de governo, avaliação da polícia, avaliação da justiça, avaliação dos partidos políticos, avaliação do congresso);
- ✓ avaliação de políticas públicas (grau de satisfação com serviços de saúde e educação);
- ✓ percepção da *accountability* vertical (influência do voto);
- ✓ sentimento de representação pela democracia (identificação partidária) e
- ✓ contexto eleitoral-institucional (voto no candidato a presidente vencedor).

Por outro lado, com relação às variáveis socioeconômicas e demográficas foi notável que a satisfação com o funcionamento da democracia **não** tenha se associado à renda dos entrevistados e apenas em 2002 a associação com a escolaridade tenha sido significativa. Esses achados contrariaram a expectativa de que os mais escolarizados e os de maior renda (os mobilizados cognitivamente e incluídos socialmente) mostrar-se-iam mais insatisfeitos e críticos com o funcionamento do regime. Ainda, em dois (2002 e 2010) dos três anos analisados a satisfação com a democracia mostrou associação significativa com a idade dos entrevistados mostrando que os mais jovens são mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia no país²¹:

¹⁸ Na ausência de um indicador melhor de percepção da representação pelo regime democrático, como já apontado na nota 9 deste artigo, a pergunta “*Existe algum partido que representa a maneira como o senhor pensa?*”, presente em todas as ondas do ESEB é utilizada como medida de sentimento de representação pelo sistema. Trata-se de indicador imperfeito, mas é a informação disponível no conjunto dos dados que mais se aproxima da percepção de representatividade do regime.

¹⁹ A satisfação com a democracia é mensurada através da pergunta: “*De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco(a) satisfeito(o) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?*”. A variável foi tratada como dicotômica: satisfeitos e insatisfeitos (nas categorias de resposta havia ainda uma categoria opcional “nem satisfeito nem insatisfeito” que foi incluída na resposta “insatisfeitos”. As análises multivariadas foram então realizadas em relação à categoria de “satisfeitos” com o funcionamento do regime.

²⁰ As medidas de associação utilizadas foram o “coeficiente de contingência” para as variáveis nominais e o “gamma” e “kendall’s tau-b” para as variáveis ordinais. Nos dois casos, o nível de significância adotado foi de ,01 (teste do qui-quadrado de Pearson).

²¹ A satisfação com o funcionamento da democracia não se associou ao sexo dos entrevistados.

Tabela 3 - Associações entre Satisfação com a democracia (variável dependente) e variáveis potencialmente explicativas

Variáveis	2002	2006	2010
Avaliação do governo/presidente	x	x	x
Avaliação do Congresso Nacional	x	x	x
Avaliação dos Partidos Políticos	x	x	x
Avaliação do Poder Judiciário	x	x	x
Avaliação da Polícia	x	x	x
Satisfação com serviço de saúde pública	x	x	x
Satisfação com serviço de educação pública	x	x	x
Sentimento de representação por partido político	x	x	x
Percepção da influência do voto	x	x	x
Voto no candidato vencedor na eleição presidencial	ns	x	x
Renda	ns	ns	ns
Escolaridade	x	ns	ns
Idade	x	ns	x
Sexo	ns	ns	ns

Fonte: Estudo Eleitoral Brasileiro (2002; 2006; 2010).

x= associação significativa entre as variáveis / ns = associação não significativa (Teste do qui-quadrado de Pearson).

Todavia, a análise bivariada não mostra qual a força de cada variável explicativa na análise do fenômeno da satisfação com o funcionamento da democracia no país. Assim, as variáveis ora destacadas cuja relação bivariada com a satisfação democrática foram significantes em pelo menos um dos três anos foram incluídas em modelos de regressão logística binomial para 2002, 2006 e 2010, com o intuito de investigar suas capacidades relativas de explicação da variável dependente. A Tabela 4 apresenta as razões de chance (coeficientes OR- Exp(B)) de ocorrência da satisfação com o funcionamento da democracia segundo as variáveis independentes utilizadas:

Tabela 4 – Preditores da Satisfação com o Funcionamento da Democracia

Variáveis independentes	2002	2006	2010
Avaliação do governo/presidente	1,924*	2,737*	1,883**
Avaliação do Congresso Nacional	1,118	,743	1,065
Avaliação dos Partidos Políticos	1,144	1,348	1,529*
Avaliação do Poder Judiciário	1,472*	,998	1,412*
Avaliação da Polícia	,865	,972	1,106
Satisfação com serviço de saúde pública	,697*	,527*	,937
Satisfação com serviço de educação pública	1,025	,701	,637*
Sentimento de representação por partido político	1,290**	2,262*	1,475*
Percepção da influência do voto	1,494*	2,693*	1,412**
Voto no candidato vencedor na eleição presidencial	,915	1,480**	2,187*
Escolaridade	,621*	,782	,821
Idade	,738*	,939	,567*
R ² Nagelkerke	,097	,238	,168
N	1963	853	1582

* sig. a ,01; **sig. a ,05.

Variável dependente: satisfação com o funcionamento da democracia no país.

Nota: Nos 3 anos, ps números das amostras dos modelos são menores do que os totais das amostras (Tabela 1) devido aos “missing cases” contidos na variável dependente.

A variável dependente – satisfação com a democracia – foi definida como dicotômica (ver nota 19) assim como as variáveis independentes²². Assim, é possível uma comparação direta dos efeitos das variáveis predictoras sobre a satisfação com democracia.

Ao longo do tempo, aqueles que avaliam bem o governo “do dia”²³ têm pelo menos o dobro de chance de estarem satisfeitos com o funcionamento da democracia em relação aos que não estão (ou que se mostram indiferentes). No que se refere à percepção dos mecanismos da democracia representativa, aqueles que acreditam no poder de influência do voto e aqueles que se sentem representados por algum partido político têm mais chances de estarem satisfeitos com o funcionamento do regime (razões de chance de 50% a 30%, respectivamente). Votar no presidente eleito também aumenta em pelo menos 50% a chance de sentir-se satisfeito com o funcionamento da democracia em 2006 e em 2010. Embora essas associações pareçam óbvias nos cânones da democracia eleitoral e representativa e seja necessário considerar o papel do contexto eleitoral como

²² A descrição das variáveis independentes utilizadas na análise é apresentada no ANEXO do artigo.

²³ Embora avaliação do governo/presidente e satisfação com o funcionamento do regime refiram-se a construtos distintos, poderia haver alguma colinearidade entre os dois indicadores (as correlações entre ambas medidas pelo “kendall’s tau-b” e “spearman”, foram, respectivamente: para 2002=,231 e ,272; para 2006=,345 e ,377 e para 2010=,209 e ,233 (todas com nível de significância de ,01). No entanto, a retirada da variável “avaliação do governo” dos modelos para os 3 anos não alterou significativamente a capacidade explicativa dos mesmos. Diante disso, e dada a relevância analítica desse construto, ele foi mantido nas análises aqui apresentadas.

potencializador da percepção dessas associações por parte dos indivíduos, os efeitos apresentados frente a outras dimensões da democracia representativa são bastante expressivos em todo o período.

Por outro lado, chama a atenção o fato de que, entre as instituições representativas, apenas a avaliação do poder judiciário e dos partidos políticos tenham exercido impacto sobre a chance de satisfação com o funcionamento da democracia, sendo que a avaliação destes últimos foi significativa apenas em 2010 (e a da justiça em dois dos anos abordados (2002 e 2010)). Em todos esses casos, os efeitos foram no sentido esperado, ou seja, avaliar positivamente essas instituições aumenta a chance de satisfação com o regime, mas foram bem menores do que aqueles provenientes da avaliação positiva do governo do dia. A satisfação com os serviços públicos de saúde e educação também teve apenas efeitos isolados e pequenos sobre a variável dependente (em cada ano, apenas um desses serviços impacta (pouco) a satisfação com a democracia). Nesse caso, os impactos são negativos, indicando que, também como esperado, os que avaliam mal os serviços têm menos chances de estarem satisfeitos com o funcionamento do regime (em média, 30% menos chance). Esses resultados apontam que essas questões ainda precisam ser mais bem exploradas²⁴, mas, de todo modo, os efeitos apenas pontuais tanto da avaliação de instituições como de serviços sobre a satisfação com o funcionamento da democracia no país adicionam evidências aos achados de Meneguello de que, no mapa dos cidadãos brasileiros, a satisfação com o funcionamento do regime não está articulada diretamente às avaliações de instituições e de serviços públicos.

Com relação ao impacto das variáveis sociodemográficas, como já esperado pela análise bivariada, o grau de instrução teve impacto significativo sobre a satisfação com o funcionamento da democracia apenas no modelo de 2002. De todo modo e embora o impacto seja pequeno, é digno de nota que esse impacto foi na direção contrária à esperada, com os mais escolarizados com maior chance de estarem satisfeitos com o funcionamento do regime democrático, quando comparados aos de menor escolaridade. Finalmente, chama a atenção que a idade tenha se mantido significativa nos dois modelos multivariados (2002 e 2010) em que a associação com a variável dependente no nível bivariado tinha sido significativa. Nesse caso, os preditores indicam que os mais jovens têm se mostrado significativamente menos satisfeitos com o funcionamento do regime democrático (têm 26% e 43% mais de chance de estarem insatisfeitos com o funcionamento da democracia, respectivamente, em 2002 e 2010). Embora esse efeito siga a direção esperada a partir da análise bivariada, é notável que ele permaneça quando controlado pelas variáveis de avaliação das instituições e de serviços públicos e de percepção da política (e do próprio contexto eleitoral)²⁵ tendo em vista que nem todas as variáveis institucionais foram significativas permaneceram significativas nos modelos finais.

Com o intuito de avançar um pouco mais no entendimento da satisfação com o funcionamento da democracia no país no cenário recente, e tendo em vista que estudos apontam para a conexão estreita entre essa e a avaliação da economia (Gunther e Monteiro, 2003; Booth e Seligson, 2009; Meneguello, 2012), foram introduzidas variáveis de avaliação da economia (do país e pessoal) no modelo para 2010²⁶ de modo a verificar seus potenciais impactos no modelo explicativo da satisfação com a democracia no país naquele ano. Os dados da Tabela 5 mostram um

²⁴ No caso do presente trabalho e na medida dos dados disponíveis, tentamos avançar um pouco no sentido de refinar o entendimento do efeito da avaliação da justiça sobre a satisfação com o regime, incluindo, no modelo de 2010, o grau de satisfação com o acesso à justiça por parte dos cidadãos comuns. Embora a variável tenha se associado significativamente à satisfação com o funcionamento da democracia no nível bivariado, ela não teve efeito significativo no modelo multivariado.

²⁵ Nos limites deste artigo e dos dados disponíveis, não é possível destrinchar se o efeito da idade sobre a satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil se refere a efeito geracional ou do ciclo de vida. Por outro lado, os resultados do ESEB também mostram que a idade não afeta a legitimidade do regime democrático: nesse caso, os mais jovens acompanham as percepções de seus concidadãos mais velhos.

²⁶ As variáveis de percepção da economia aqui utilizadas estão presentes apenas no ESEB 2010.

cenário positivo no que se refere à percepção dos indicadores econômicos do país e pessoal e no que se refere às expectativas dos brasileiros:

Tabela 5 - Avaliações positivas da situação econômica pessoal e do país (2010)

Variáveis		%
Avaliação da situação econômica do país hoje	(ótima + boa)	58,2
Avaliação da situação econômica do país em comparação ao ano anterior	(melhor)	55,1
Avaliação da situação econômica pessoal e da família hoje	(ótima + boa)	53,9
Avaliação da situação econômica pessoal e da família em comparação ao ano anterior	(melhor)	50,7
Expectativa quanto à situação econômica pessoal futura	(muito + um pouco melhor)	89,0
Avaliação do país como mais ou menos democrático nos últimos anos	(mais democrático)	69,8

Fonte: Estudo Eleitoral Brasileiro (2010).

Segundo os dados da Tabela 5, mais da metade dos entrevistados considera tanto a situação econômica do país como a pessoal como boa ou ótima e o mesmo percentual considera que o estado atual da economia nos dois níveis está melhor do que no ano anterior. É digno de nota que esse percentual de avaliações positivas, atual e retrospectiva, acompanha o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país. Infelizmente, não há dados disponíveis para as ondas anteriores do ESEB para que as curvas de avaliação da economia e de avaliação do regime pudessem ser comparadas de modo a verificar se seguiriam trajetórias paralelas. Ainda, na esteira das avaliações econômicas positivas para 2010, observa-se um percentual bastante elevado de concordância com a ideia de que o país tornou-se mais democrático nos últimos anos.

No nível bivariado, as associações entre todas as variáveis da Tabela 5 e a satisfação com o funcionamento do regime foram significativas²⁷. Desse modo, foi construído um novo modelo de regressão logística para a satisfação com a democracia para 2010, no qual essas variáveis econômicas e “de mais democracia” foram adicionadas às variáveis incluídas na análise de regressão anterior (Tabela 4). Os preditores da satisfação com a democracia nesse modelo “mais completo” são apresentados na Tabela 6:

²⁷ Como todas as variáveis de avaliação econômica são ordinais, as medidas de associação utilizadas foram o “gamma” e “kendall’s tau-b”. O nível de significância adotado foi de ,01 (teste do qui-quadrado de Pearson).

Tabela 6 – Preditores da Satisfação com o funcionamento da democracia com variáveis econômicas (2010)

Variáveis independentes	Exp(B)
Avaliação do governo/presidente	1,909**
Avaliação do Congresso Nacional	1,138
Avaliação dos Partidos Políticos	1,659*
Avaliação do Poder Judiciário	1,251
Avaliação da Polícia	1,097
Satisfação com serviço de saúde pública	1,092
Satisfação com serviço de educação pública	,679*
Sentimento de representação por partido político	1,304**
Percepção da influência do voto	1,252
Voto no candidato vencedor na eleição presidencial	1,942*
Avaliação da situação econômica do país hoje	1,885*
Avaliação da situação econômica do país em comparação ao ano anterior	1,152
Avaliação da situação econômica pessoal e da família hoje	1,318
Avaliação da situação econômica pessoal e da família em comparação ao ano anterior	1,014
Expectativa quanto à situação econômica pessoal futura	1,361
Avaliação do país como mais ou menos democrático nos últimos anos	1,394**
Escolaridade	,853
Idade	,527*
R ² Nagelkerke	,189
N	1285

* sig. a ,01; **sig. a ,05.

Variável dependente: satisfação com o funcionamento da democracia no país.

Nota: O número da amostra do modelo é menor do que o total da amostra de 2010 devido aos “missing cases” contidos na variável dependente.

Embora a inclusão das variáveis econômicas e de percepção de ganhos democráticos do regime acrescente pouco poder preditivo à satisfação com o funcionamento da democracia, ela produz mudanças significativas no arranjo das variáveis que compunham o modelo anterior. Das variáveis acrescentadas a esse novo modelo, apenas as percepções positivas da economia atual do país e de ganhos para a democracia influem na satisfação com a democracia (a primeira quase dobra a chance de satisfação e a segunda a aumenta em 40%). Embora, sobretudo no caso dessa última, a associação com a satisfação com a democracia “em ação” possa parecer óbvia, é notável que, sob os efeitos dessas novas variáveis, os impactos das percepções de influência do voto e de avaliação da

justiça sobre a satisfação com o funcionamento da democracia perdem significância. Embora esses achados demandem mais evidências empíricas para que possam ser afirmados de modo mais robusto, eles sugerem a preponderância do componente econômico e ganhos para o regime associado à percepção do governo do dia sobre a percepção da *accountability* vertical (medida através da percepção do papel do voto) e da avaliação das instituições. Se pensarmos no judiciário como órgão fundamental à democracia na medida em que deve assegurar a vigência do primado da lei, esse resultado também poderia sugerir, para este ano, que não apenas a avaliação das instituições representativas conta menos para a satisfação com o regime democrático, mas que a garantia dessa dimensão legal, base da qualidade da democracia, também importa menos à luz da avaliação econômica positiva e dos ganhos do regime (além da avaliação de governo e das dimensões concernentes aos partidos políticos, que se mantêm relevantes nesse cenário (tanto no que diz respeito à avaliação de sua atuação e no sentimento de identificação com estes por parte dos entrevistados)).

Considerações finais

Ainda não é possível tecer conclusões posto que a discussão apresentada neste artigo ainda está em andamento. Neste momento, apenas retoma-se a discussão proposta.

Desde a democratização brasileira recente, pesquisas apontam que os brasileiros acolhem a democracia como o menos pior dos regimes, mas que, ao mesmo tempo, mostram-se críticos a esse regime quanto a seus atores, procedimentos, conteúdos e resultados, revelando empiricamente as diferenças entre legitimidade e efetividade do regime ressaltadas por Gunther e Monteiro (2003). Os resultados do ESEB reproduzem esse cenário.

À luz das teorias institucionais, culturais e da perspectiva da qualidade da democracia (Diamond e Morlino, 2005) bem como de achados de Meneguello (2010) para o cenário brasileiro que apontaram para a dissociação entre a satisfação com o funcionamento da democracia, a avaliação das instituições representativas e a execução de serviços públicos que fazem parte da experiência cotidiana dos cidadãos, a discussão aqui proposta buscou compreender o que embasa em termos longitudinais o construto de satisfação com a democracia, entendida como a percepção pelos cidadãos da responsividade do regime. Nesse sentido, os dados do ESEB permitiram explorar as associações entre a medida de satisfação com o regime e percepções e avaliações de dimensões constitutivas da democracia representativa, avaliações de serviços públicos e o papel do resultado eleitoral, bem como o papel de variáveis socioeconômicas. Primeiramente, os resultados mostraram impactos consistentes (nos três anos) da avaliação de governo, do sentimento de representação pelos partidos políticos e da percepção da *accountability* vertical na satisfação com o funcionamento do regime. Por outro lado, entre as instituições representativas, apenas a avaliação da justiça mostrou efeito em dois dos anos analisados, sugerindo um entendimento por parte dos cidadãos que o primado da lei é importante para o funcionamento do regime, mas, ao mesmo tempo, sugere efeitos pouco expressivos da avaliação das instituições sobre a satisfação com a “democracia em ação”.

A análise para 2010 permitiu explorar ainda os potenciais efeitos da avaliação da economia e da percepção dos avanços democráticos do país sobre a avaliação do funcionamento do sistema. Embora todas as análises aqui apresentadas demandem mais testes e evidências empíricas, foi notável que a inclusão dessas dimensões anulou os efeitos até então observados da percepção do poder de influência do voto e da avaliação do poder judiciário sobre a satisfação com a democracia, sugerindo, neste cenário, que os brasileiros priorizam a avaliação dos resultados econômicos sobre as dimensões de *accountability* vertical e do primado da lei quando avaliam o funcionamento do regime.

Finalmente, também merece destaque e exame adicional o fato de os mais jovens mostrarem-se significativamente menos satisfeitos com a democracia em termos práticos em quase todos esses cenários.

Referências Bibliográficas

- Aarts, K.; Thomassen, J. "Satisfaction with democracy: do institutions matter?" *Electoral Studies*, 27, p.5-18, 2008.
- Anderson, C. J.; Guillory, C. A. "Political institutions and satisfaction with democracy: a cross-national analysis of consensus and majoritarian systems". *American Political Science Review*, vol.91, nº1, p.66-82, 1997.
- Blais, A.; Gélinau, F. "Wining, losing and satisfaction with democracy." *Political Studies*, vol.55, p.425-441, 2007.
- Booth, J.; Seligson, M. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. Cambridge University Press, 2009.
- Canache, D.; Mondak, J.; Seligson, M. "Meaning and measurement in cross-national research on satisfaction with democracy". *Public Opinion Quarterly*, vol.65, p.506-528, 2001.
- Dalton, R. Political support in advanced industrial democracies. In: Norris, P. (org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Diamond, L.; Morlino, L. *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- Easton, D. *A system analysis of political life*. New York: Willey Press, 1965.
- Fuchs, D.; Guidorossi, G.; Svensson, P. Support for the democratic system. In: Klingemann, H.-D.; Fuchs, D. *Citizens and the State*. Cambridge University Press, 1995.
- Gunther, R.; Monteiro, J. R. "Legitimidade democrática em novas democracias." *Opinião Pública*, vol.IX, nº1, 2003.
- Inglehart, R.; Welzel, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009
- Klingemann, H.-D. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: Norris, P. (org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Marengo, A. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: Melo, C. R.; Sáez, M. A. (orgs). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- Meneguello, R. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: Moisés, J. A. (org.). *Democracia e confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EdUsp, 2010.
- _____. As bases do apoio ao regime democrático no Brasil e o papel dos programas sociais como intermediários do sistema. Trabalho apresentado no Congresso LASA 2012, 23-26maio2012.

_____. As bases do apoio ao regime democrático no Brasil. In: Moisés, J. A.; Meneguello, R. (orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EdUsp, 2013.

Mishler, W.; Rose, R. Five years after the fall: trajectories of support for democracy in post-communist Europe. In: Norris, P. (org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. “What are the origins of political trust? Testing Institutional and Cultural theories in Post-Communist Societies”. *Comparative Political Studies*, v.34, nº1, 2001.

_____. “Learning and re-learning regime support: the dynamics of post-communist regimes”. *European Journal of Political Research*, v.41, nº1, 2002.

Moisés, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática.

_____. “A desconfiança nas instituições democráticas”. *Opinião Pública*, vol. XI, nº1, 2005.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: _____. (org.). *Democracia e confiança*. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EdUsp, 2010a.

_____. (org.). *Democracia e confiança*. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EdUsp, 2010b.

Moisés, J. A.; Carneiro, G. P. “Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil.” *Opinião Pública*, vol.14, nº1, 2008.

Moisés, J. A.; Meneguello, R. (orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EdUsp, 2013.

Norris, P. (org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *Democratic Deficit: critical citizens revisited*. Cambridge University Press, 2011.

Rennó, L. “Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006.”. *Opinião Pública*, vol.13, nº2, 2007.

Rennó, L. et al. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios; Nassville: LAPOP, 2011.

Rose, R. Perspectives on political behavior on time and space. In: Dalton, R; Klingemann, H.-D. (eds.). *The Oxford Handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press, 2007.

Seligson, M.; Smith, A. E. *The political culture of democracy, 2010*. Democratic consolidation in the Americas in hard times. Vanderbilt University, 2010.

ANEXO

Definição das variáveis independentes utilizadas nas regressões logísticas

Todas as variáveis independentes foram recodificadas como categóricas binárias (dummies). Elas são descritas abaixo:

1. Avaliação do Governo/Executivo Federal
Para os três anos a variável é: *Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo XXX nos últimos 4 anos foi muito bom, bom, ruim ou péssimo?*
As respostas foram recodificadas nas respostas ‘avaliação positiva’(muito bom, bom) e ‘avaliação negativa’ (ruim, péssima). A resposta ‘regular’ (espontânea) foi considerada como positiva.
2. Avaliação das instituições representativas
Para os três anos a variável é: *Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o senhor dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim ou péssima? (Instituições utilizadas na análise Polícia; Justiça; Partidos políticos; Congresso).*
As respostas foram recodificadas nas respostas ‘avaliação positiva’(muito bom, bom) e ‘avaliação negativa’ (ruim, péssima). A resposta ‘regular’ (espontânea) foi considerada como positiva.
3. Avaliação de serviços públicos
Para 2002 e para 2006: *Vou citar alguns serviços públicos e gostaria que o senhor desse uma nota de 0 a 10 para dizer o quanto está satisfeito com cada um deles: (serviços utilizados: escolas públicas; serviço de saúde pública).*
Para 2010: *Vou citar algumas políticas e gostaria que o sr. dissesse o quanto está satisfeito com cada uma delas (políticas selecionadas: qualidade do ensino público e acesso a atendimento médico).*
Para os três anos as respostas foram assim recodificadas: notas 1 a 4 - avaliação negativa e notas 5 a 10 – avaliação regular/ positiva.
4. Percepção da accountability vertical
Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o senhor desse uma nota de 1 a 5. O 1 significa que o nosso voto influencia muito, e o 5 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o senhor acha?
Os graus 1 e 2 foram recodificados na resposta ‘influencia’ e os graus 3 a 5 como ‘mais ou menos ou não influencia’.
5. Representação por partidos
Existe algum partido que representa a maneira como o senhor pensa?
Variável original dicotômica: ‘sim’ e ‘não’.
6. Voto no partido/candidato vencedor
Em qual candidato votou no segundo turno da eleição presidencial?
Variável recodificada em: ‘votou no candidato vencedor’ e ‘outro’ (votou no candidato derrotado, em branco, anulou, etc.).
7. Percepção do país como mais democrático
Apenas para 2010: *O sr. acha que nos últimos anos o Brasil se tornou um país mais democrático ou menos democrático?*
Variável recodificada em: ‘mais democrático’ e ‘menos democrático + não mudou’.

8. Avaliação da situação econômica do país

Apenas para 2010

- a) *Como o sr. avalia a situação econômica do país? O sr. acha que está ótima, boa, ruim ou péssima?* As respostas foram recodificadas nas respostas 'avaliação positiva'(muito bom, bom) e 'avaliação negativa' (ruim, péssima). A resposta 'regular' (espontânea) foi considerada como positiva.
- b) *O sr. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual ou pior que há 12 meses?* As respostas foram recodificadas em: 'melhor' e 'igual/pior.'

9. Avaliação da situação econômica pessoal

Apenas para 2010

- a) *Como o sr. avalia, em geral, sua situação econômica? O sr. acha que está ótima, boa, ruim ou péssima?* As respostas foram recodificadas nas respostas 'avaliação positiva'(muito bom, bom) e 'avaliação negativa' (ruim, péssima). A resposta 'regular' (espontânea) foi considerada como positiva.
- b) *O sr. considera que a sua situação econômica está melhor, igual ou pior que há 12 meses?* As respostas foram recodificadas em: 'melhor' e 'igual/pior.'
- c) *Pensando no futuro, como o sr. imagina que daqui a 10 anos o seu padrão de vida estará:* Foram agregadas as respostas 'muito melhor' e 'um pouco melhor' e as respostas 'um pouco pior' e 'muito pior'.

10. Grau de instrução

Variável categorizada em diferentes níveis nos vários anos foi recodificada em: 'Baixa/média escolaridade'=até Ensino Médio incompleto e 'Elevada escolaridade'= pelo menos Ensino Médio completo.

11. Faixa etária

A variável original 'idade' (contínua) foi categorizada em dois grupos: 'até 29 anos (inclusive)' e '30 anos ou mais'